

A MOBILIDADE SULISTA E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Vicente Eudes Lemos Alves¹

Endereço Eletrônico: veudes@terra.com.br

RESUMO

Este artigo trata da mobilidade de população do Sul do Brasil para as áreas de fronteiras agrícolas nacionais. Tenta identificar, primeiramente, quais fatores contribuíram para que as famílias estrangeiras ou seus descendentes instalados no Sul do Brasil fossem mobilizados já nos anos iniciais de colonização, em busca de novos espaços de produção agrícola. Funda-se aí a corrente sulista, protagonista na ocupação das fronteiras agrícolas do País, tendo como seu núcleo irradiador o Rio Grande do Sul. Desde o século XIX, essa corrente se expande continuamente em direção ao norte ocupando atualmente quase todos os estados brasileiros, principalmente aqueles que possuem áreas de cerrados, onde esses migrantes passam a desenvolver agricultura modernizada. Nesse sentido, o texto procura analisar o papel que desempenham os migrantes sulistas nas áreas de fronteiras, identificando as novas dinâmicas econômicas e espaciais. Prioriza-se identificar a atuação dessa corrente migratória nos cerrados nordestinos e as transformações, tanto no espaço agrícola quanto no urbano, produzidas nos últimos anos.

Palavras-chave: mobilidade sulista, fronteira, cerrados, modernização agrícola, urbanização

RESUMEN

Este artículo trata sobre la movilidad de población del Sur de Brasil hacia las áreas de fronteras agrícolas nacionales. Intenta identificar, primeramente, cuáles son los factores que contribuyeron para que las familias extranjeras o sus descendientes instalados en el Sur de Brasil fuesen movilizados ya en los años iniciais de la colonización, en busca de nuevos espacios de producción agrícola. Allí se funda la corriente sureña, protagonista en la ocupación de las fronteras agrícolas del País, teniendo como su núcleo irradiador el Rio Grande do Sul. Desde el siglo XIX, esa corriente se expande continuamente en dirección al norte ocupando actualmente casi

¹ Doutorando do Depto de Geografia – FFLCH-USP/Bolsista CNPq

todos los estados brasileños, principalmente aquellos que poseen áreas de cerrados, donde esos migrantes pasan a desarrollar una agricultura modernizada. En ese sentido, el texto busca analizar el papel que desempeñan los migrantes sureños en las áreas de fronteras, identificando las nuevas dinámicas económicas y espaciales. Se prioriza identificar la actuación de esa corriente migratoria en los cerrados nordestinos y las transformaciones, tanto en el espacio agrícola como en el urbano, producidas en los últimos años.

Palabras-clave: movilidad sureña, frontera, cerrados, modernización agrícola, urbanización.

ABSTRACT

This article deals with the mobility of South Brazil population to the national agricultural frontiers areas. It probes to identify which factors has contributed, firstly, to permit that the foreign families and its descendents, settled in the South Brazil, were mobilized to search new spaces of agricultural production. This in the first years of the colonization. From that, is established the south stream, the principal in the occupation of the agricultural frontiers of the country. Its radiant core is *Rio Grande do Sul* State. Since the twenties, this stream sprawls itself continually to the north and, nowadays, it is almost in every states of the Brazilian federation, chiefly in those ones with the presence of *cerrados* areas, where this migrants begin to develop modernized agriculture. In this sense, the article analyses the role performed by the south migrants in the frontiers areas, identifying the new economic and space dynamics. In this article is priority to identify the action of this migration stream in the northeast *cerrados* and the transformations produced in the last years, such in the space as in the urban reality.

Key-words: South's mobility, frontiers, *cerrados*, agricultural modernization, urbanization.

O território brasileiro se formou a partir da migração de nacionais e de estrangeiros que ao longo desses 505 anos não cessou, num processo contínuo de ocupação e re-ocupação de áreas. Desde os primeiros portugueses que desembarcaram nessas terras até os nossos dias, uma das características que define a construção dessa nação é o fato dela servir como estoque de mão-de-obra para atender os sucessivos ciclos econômicos pelos quais o País passou. A elevação de cada um desses ciclos à categoria de protagonista em determinado momento ou de decadência em outro se dá pela lógica

global de formação do capitalismo, da qual o Brasil, assim como os demais países colonizados, serviram de base para o processo de acumulação primitiva.

A dinâmica migratória da população brasileira sempre esteve condicionada, seja no período colonial ou pós-independência, pela eleição de novas áreas para a produção de mercadorias atendendo ao sentido determinado pela demanda do mercado externo (PRADO JUNIOR, 1981). Assim, ao mesmo tempo em que o capital elege uma área para tornar-se o centro de produção de determinada mercadoria elege também o grupo social e o coloca em movimento não importando onde ele esteja, escolhendo aquele que poderá concretizar melhor o projeto do capital. O sujeito é mobilizado e não se mobiliza espontaneamente, essa perspectiva parece-nos mais adequada para entender a lógica que comanda os movimentos migratórios populacionais. Descartamos, assim, adotar o mesmo enfoque dos economistas neoclássicos, para os quais a migração resulta de atos de vontade dos indivíduos, na medida em que, acreditam, estes possuem autonomia para se colocar em movimento (SALIM, 1992). Vê-se, nessa corrente interpretativa, que a referência ao processo migratório está na pessoa e não nas forças econômicas produtoras da mobilidade. O trabalhador, ao optar pretensamente por outra área de moradia, faz antes um balanço dos ganhos e das perdas de seu deslocamento; a decisão de partir passa, portanto, pelo crivo da subjetividade do migrante.

Nossa intenção é olhar a migração a partir de outra perspectiva, qual seja, a do trabalho. Ele é o centro da discussão migratória, sendo o capital quem verdadeiramente define as estratégias e aciona os mecanismos necessários para sua mobilização. O trabalhador se coloca a disposição do capital e se vê forçado a migrar, pois a única mercadoria que possui é a própria força de trabalho, vende-na para manter sua sobrevivência. Ou seja, é necessário que os homens disponibilizem sua força-de-trabalho e tornem-na móvel para poder acompanhar o movimento do capital (GAUDEMAR, 1976:341).

Os distintos grupos sociais colocados em movimento no Brasil resultam dessa lógica. Formaram-se, ao longo desses cinco séculos, correntes migratórias específicas que adquiriram importância num dado momento da história econômica do País, por serem requisitadas de acordo com suas características sócio-demográficas para tornar possível a reprodução ampliada do capital.

A questão migratória brasileira do século XX é ilustrativa de como o capital lança suas estratégias para colocar em movimento grupos sociais determinados. Apesar de sua complexidade e das diversas trajetórias envolvendo um volume considerável de

peças de todos os Estados, dois grupos regionais ganham importância nos movimentos migratórios da população brasileira, constituindo-se em duas correntes com grande destaque no cenário nacional, quais sejam: a nordestina e a sulista.

Os nordestinos representam uma corrente migratória relevante, com várias ramificações pelo território brasileiro. Essa corrente inicia-se com a decadência do ciclo da cana-de-açúcar, em meados do século XVIII, quando fortalece o movimento para fora de seus limites regionais; mas foi no século XX que se torna força-de-trabalho fundamental para a economia do Sudeste, sobretudo de São Paulo. Desde 1920 o governo paulista reordenou paulatinamente sua política de atração de mão-de-obra, visando substituir, nas lavouras de café, os trabalhadores estrangeiros (os quais não interessavam mais para a valorização do capital de cafeicultores paulistas) pelos nacionais, principalmente nordestinos e mineiros. A condução dessa política contou com ampla participação do Estado federal brasileiro que foi o responsável pela elaboração de leis dificultando a entrada de estrangeiros no País e, ao mesmo tempo, lançando mecanismos que possibilitassem a transferência de trabalhadores nordestinos e mineiros para São Paulo (PAIVA, 2000). São esses migrantes, predominantemente camponeses, os que, a partir de então, se tornarão referências dos grupos econômicos, inicialmente os cafeicultores e, posteriormente, os industriais do Sudeste.

Embora se constate o arrefecimento, nas últimas décadas, do deslocamento de população nordestina para os centros urbanos do Sudeste brasileiro (MARTINE, 1995), o que demonstra sua relativa perda de importância para indústria dessa região, a corrente migratória nordestina continua participando com um fluxo considerável de população com destinos diversos pelo território nacional. Os Estados do Pará, Tocantins, Goiás (Goiânia) e Distrito Federal destacam-se recentemente como áreas importantes na recepção desses migrantes (OLIVEIRA, 1999). Mas, continua sendo para o Sudeste o sentido predominante dessa corrente, principalmente para São Paulo que tradicionalmente abriga parte da população Nordestina. Todavia, o contingente de migrantes nordestinos que desembarca atualmente nesse Estado é muito inferior ao das décadas anteriores à década de noventa. O que se verifica a partir de 1990 um significativo movimento de retorno de nordestinos para suas cidades de origem. Isso está associado, em grande medida, ao desemprego nos grandes centros urbanos, onde a crise do trabalho, sobretudo o industrial, tornou-se mais evidente (MARTINE, *op.cit.*).

A CORRENTE SULISTA: DO NÚCLEO IRRADIADOR A SUA EXPANSÃO PELO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Se a corrente nordestina direcionou-se, principalmente a partir da década de 1930, para o Sudeste e, posteriormente para o Centro-Oeste, ou seja, seguindo para o “sul”; a sulista, também de grande relevância no cenário migratório brasileiro, toma um sentido inverso, seguindo para o “norte”. Enquanto a primeira direciona-se mais para o urbano, a segunda apresenta um perfil mais rural, embora com implicações diretamente no urbano, haja vista que na trajetória do grupo deslança uma urbanização crescente. É essa última corrente que nos interessa aqui discutir mais detidamente, principalmente porque ela foi uma das potencializadoras das grandes transformações no campo brasileiro nas últimas décadas.

A corrente sulista ou “gaúcha” - como é predominante reconhecida por pesquisadores - possui ramificações em quase todo o território nacional, principalmente acompanhando a expansão das áreas de produção agrícolas do Brasil, mas também para além de nossas fronteiras políticas adentrando em países vizinhos como Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina (HAESBAERT, 1998; OLIVEIRA & BARCELOS, 1999). Nesses países, a presença de população sulista caracteriza-se também pela sua grande presença em atividades agrícolas.

Destacam-se, nessa corrente, mais do que em outros grupos de migrantes nacionais, fortes manifestações étnico-culturais que permanecem como identidade na trajetória do grupo e que são, deliberadamente, difundidas, dentre outras: a ideologia da posituação do trabalho, advinda da cultura européia trazida pelos primeiros imigrantes; o pioneirismo na ocupação dos cerrados para o desenvolvimento da agricultura moderna; os hábitos alimentares originários principalmente no Rio Grande do sul, como o chimarrão e o churrasco; as instalações dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) nas áreas onde se fixa o grupo. Tais manifestações são reveladoras das preocupações em preservar e difundir as identidades territoriais do Sul brasileiro, especialmente no que diz respeito a “re-territorialização” das tradições gaúchas. (HAESBAERT, 1997).

As explicações para a permanência de uma certa coesão dessa identidade em locais distantes de onde ela se originou podem ser buscadas no processo de formação sócio-cultural da região Sul do Brasil, particularmente do Rio Grande do Sul, Estado de dispersão inicial do que viria a ser a corrente migratória sulista.

Os precursores dessa corrente são os imigrantes que desembarcam no Brasil nos primeiros anos pós-independência, liderados pelos alemães que, em 1824, fundaram a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Direcionada, pelo recém constituído Estado brasileiro, para ocupar terras do Sul, a colonização visava não somente garantir a manutenção do território nacional, mas também o de arregimentar pessoas para a execução do projeto de produção de gêneros agrícolas destinado ao abastecimento do mercado interno, haja vista que partes daquelas terras eram usadas para as atividades pastoris cujo interesse maior recaía sobre os lusos brasileiros. Nos arredores dessas zonas, em terras de floresta e serras, foram assentados os imigrantes estrangeiros, sobretudo os teutos e os italianos.

O projeto de colonização baseou-se na pequena propriedade ocupada por imigrantes agricultores que já possuíam essa condição desde seus países de origem, na Europa. Mesmo os que não eram converteram-se em lavradores no Brasil por imposição do Estado nacional, permanecendo nesse ramo também as gerações posteriores. Ao estudar a colonização alemã no Rio Grande do Sul, ROCHE (1969:243), ressalta a importância dos imigrantes teutos para o desenvolvimento da agricultura gaúcha, como fica claro em suas palavras:

“Com efeito, é a colonização alemã que o Rio Grande do Sul deve o ressurgimento de sua agricultura. Os imigrantes alemães e seus descendentes, dos quais nove décimos ainda são agricultores, corresponderam largamente ao desejo e à esperança da administração brasileira, que encorajara sua imigração para povoar as zonas até então abandonadas pelos luso-brasileiros, e para explora-las, desbravando-as e cultivando-as depois. De sorte que, em 1885, um autor alemão pôde escrever a propósito do Rio Grande do Sul: ‘a agricultura é exclusivamente nossa’”.

Acrescenta ainda:

“Se a legislação favorece a agricultura, o governo provincial envia, para as colônias que fundou, o maior número possível de imigrantes e faz deles agricultores, por bem ou por mal (...)” (p.103)

O fato de possuírem uma forte ligação com a terra facilitou, sobremaneira, o cumprimento dos objetivos traçados para essa colonização. Além disso, pôde-se manter uma maior coesão entre os colonos povoadores, na medida em que eles puderam preservar, em solos brasileiros, certos costumes do mundo agrário europeu. Se, por um lado, os colonos lograram manter suas tradicionais técnicas no cultivo de alimentos, por outro, incorporaram ao seu cotidiano vários traços da cultura indígena, principalmente as práticas de uso da terra, tais como as queimadas, a rotação de terras e o aproveitamento de algumas plantas que já eram cultivadas no Brasil (milho, feijão preto, mandioca, batata-doce) e “até mesmo a ferramenta indígena, a cavadeira e o bastão de plantar”. (WAIBEL, 1979:246).

O pouco aprimoramento, em terras brasileiras, dos métodos agrícolas trazidos da Europa e a incorporação de outros, também rudimentares, resultaram num rápido esgotamento do solo e, em consequência, tornou-se necessário avançar sobre novas áreas para continuar produzindo. Essa expansão freqüentemente ocorria sobre as matas virgens no planalto riograndense e, posteriormente, nos demais estados do Sul do Brasil.

Outro fator importante da migração do colono para novas terras diz respeito ao tamanho dos lotes concedidos pelo governo brasileiro, variando de 25 a 30 hectares normalmente em relevo irregular, o que era considerado insuficiente para as características das famílias de imigrantes. Elas demandavam extensões maiores tendo em vista que as técnicas adotadas limitavam o uso mais prolongado dos terrenos. Ademais, o acelerado crescimento populacional, decorrente das altas taxas de natalidade nas famílias imigrantes, provocava uma pressão e, por conseguinte, uma rápida divisão da propriedade da terra. A expansão demográfica esvaia rapidamente as áreas ainda disponíveis para colonização. No término da década de 1940, por exemplo, registrava-se que nas colônias do Alto Jacuí e Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, já não havia terras suficientes para absorver os contingentes populacionais, dado à elevada formação de novos conjugues que demandavam mais terras livres (ROCHE, op.cit: 351). Tais fatores produziam uma situação que se tornou comum nas regiões de colonização estrangeira no Sul do Brasil, qual seja, após poucos anos de ocupação ao esgotar-se uma zona de povoamento, partia-se em direção a uma outra que pudesse abrigar as novas gerações de produtores. WAIBEL (op.cit.: 256/7) ao comentar sobre o tamanho da propriedade concedida aos imigrantes colonos manifesta seu descrédito com o sucesso de

uma colonização que se efetivava a partir de um modelo assentado em lotes pequenos, em famílias numerosas, com poucos recursos financeiros e que se valia do uso de sistemas agrícolas deficitários num relevo de topografia irregular. Nesse sentido, diz que:

“Por todo o sul do Brasil, o tamanho médio da propriedade de um colono da mata é de 25 a 30 hectares. É de surpreender como a maioria dos colonos e até agrônomos aceitam este tamanho, sem sequer duvidar da sua justificação e sua conveniência. Na minha opinião, uma propriedade de 25 a 30 hectares é excessivamente pequena para a aplicação do sistema de rotação de terras, especialmente em regiões montanhosas. O problema do tamanho adequado as propriedades é vital para qualquer projeto de colonização, e devia ser estudado cuidadosamente de todos os ângulos, antes de ser iniciada a colonização. Para a compreensão alemã minimale ackernahrung; refere-se ela à mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente. O minimale ackernahrung depende principalmente de dois fatores: as características de terra e o sistema agrícola que o lavrador deverá aplicar”.

A rápida divisão da propriedade - tornando-na inviável a absorção dos novos membros da família de colonos - teve como consequência imediata o avanço sobre as terras devolutas gaúchas e, posteriormente, para os demais Estados do Sul. A medida em que elas também se esgotavam, surgiram novas modalidades de relações de produção, as quais asseguravam que parte da população pudesse permanecer em sua área de origem, como as de arrendamento. Esse sistema começa a se difundir pelas áreas de colonização, sobretudo nas mais antigas. De acordo com ROCHE (op.cit.:322)

“Esperando, sem dúvida, o não fracionamento da propriedade, vemos surgir uma nova tendência, ainda tímida, mas clara, a do reagrupamento da exploração: os últimos censos revelam-nos que há menos estabelecimentos agrícolas que propriedades. Essa evolução, demasiado recente para ter modificado profundamente a estrutura agrária das colônias, é a consequência da contradição que existe entre o direito sucessório e o modo de exploração. O sistema de empréstimo por arrendamento começa a difun-

dir-se, em correlação com o florescer das vilas rurais, onde se estabelecem os pequenos proprietários que já não podem viver em suas terras. Assim, modificam-se, sob nossos olhos, as relações 'tradicionais' da propriedade e da exploração”.

No mesmo ritmo acelerado com o qual se desencadeava a ocupação de novas terras, seguia também o avanço especulativo imobiliário. O comércio de terras nas frentes de expansão dos Estados do Sul do Brasil torna-se um negócio lucrativo para alguns colonos e empresas privadas de colonização. A abertura de uma nova área era a garantia para o colono possuir um lugar próprio para morar e produzir, mas também para investir seus recursos financeiros. Adquirir um ou mais lotes de terra representava, para os agricultores mobilizados, uma poupança segura, na medida em que ao aplicar nesse tipo de investimento, tinha-se a certeza de ganhos num futuro imediato, haja vista a rápida valorização da terra em curto intervalo de tempo. Essa lógica de ocupação produziu não somente um movimento de colonos em busca de novas terras, mas a proliferação de lotes vazios esperando uma maior valorização ou que serviria para acomodação posterior dos filhos crescidos. ROCHE (op.cit:358/9) identificou com propriedade esse fenômeno na ocupação das terras de Santa Catarina e Paraná:

“Assim como se quisera ver na especulação praticada por certos colonos uma das causas das primeiras migrações internas, da mesma maneira foi ela denunciada desde o começo do êxodo do Rio Grande do Sul. Em 1919, julgava o governo que os colonos rio-grandenses compravam, em média, 2000 lotes anuais no Estado de Santa Catarina, mas que o número dos que emigravam era bem menor: a maioria deles, segundo seu costume de empregar todos os haveres em terras, ter-se-ia, além disso, protegido contra o aviltamento do poder aquisitivo da moeda no primeiro após-guerra, comprando lotes de 25 hectares na intenção de revendê-los, depois, mais caro. Certamente o preço das terras se eleva, mas ao mesmo tempo cresce o número dos colonos rio-grandenses que emigravam para Santa Catarina e, posteriormente, para o Paraná. Por fim, essas aquisições perderam o caráter especulativo que podiam ter, servindo, muitas vezes, para estabelecer um ou dois filhos do comprador”.

Ao longo de todo o século XX a migração de sulistas visando ocupar novas áreas, destacadamente as de produção agrícola, continuou ocorrendo, num movimento contínuo rumo às terras mais ao norte. Na década de 1970, porém, esse fluxo se intensifica com os projetos de colonização dos governos militares, particularmente na Amazônia Legal.²

O projeto de colonização de terras brasileiras do século XX diferencia-se daquele do século anterior pela utilização de trabalhadores nascidos no País, em particular o aproveitamento de sulistas descendentes de imigrantes estrangeiros. Não foi aleatória, entretanto, a escolha de tal grupo para comandar a ocupação das terras do que viria a ser a fronteira agrícola, mas fazia parte da estratégia de reforçar um modelo econômico sustentado na produção de *commodities* agrícolas para exportação. Tal modelo se tornaria viável adotando dois conjuntos de diretrizes em articulação: a) incorporação de novas áreas, a serem ocupadas mantendo o sentido de produzir para o mercado externo; b) concentração da propriedade da terra nas antigas áreas de ocupação, na própria região Sul do Brasil, para começar por lá o processo de modernização agropecuária.

Para a viabilização do primeiro conjunto de diretrizes era preciso destinar áreas do Brasil para um novo uso capitalista. Foram escolhidas, então, áreas de ecossistemas de cerrados e da floresta amazônica. Quanto ao segundo conjunto, fazia-se necessário concomitantemente à reestruturação do espaço de produção da região Sul, para atender uma nascente agricultura modernizada. Ao invés de minifúndios deliberavam-se, portanto, propriedades maiores que garantissem a produção em larga escala.

AS ESTRATÉGIAS PARA TRANSFERÊNCIA DE AGRICULTORES DO SUL DO BRASIL PARA A NOVA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Foram utilizados vários mecanismos cujos objetivos eram esvaziar as terras pertencentes a camponeses nos Estados do Sul, especialmente no Rio Grande do Sul. Tinha-se como meta formar, a partir daquele Estado, medianas e grandes propriedades destinadas à prática da agricultura de mercado; ao mesmo tempo, constituir um exército de mão-de-obra que estivesse disposta a migrar para uma outra região distante, espacial e culturalmente, da sua. Para atingir os objetivos, o próprio Estado nacional, em

² Nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek houve políticas de colonização, no entanto, foram os governos militares, sobretudo, nos anos 1970, que implementaram projetos mais ambiciosos nessa direção. In: SANTOS, J.V.T. dos – Matuchos: exclusão e luta – Do Sul para a Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1993.

conjunto com os grupos econômicos privados interessados, traçou as políticas que possibilitassem a transferência dessa população para as novas áreas. Tais políticas visavam: estimular o pequeno produtor do Sul a vender sua propriedade ao vizinho - o lindeiro; oficializar um discurso voltado à população sulista com o intuito de convencê-la das vantagens em migrar para uma área de colonização³; fundar cooperativas agrícolas para comandar o processo de transferência de colonos de uma região para outra; possibilitar, nas áreas de colonização, acesso a terras baratas, a créditos agrícolas bancários e a financiamentos facilitados para aquisição de lotes agrícolas e terrenos para residências nas agrovilas. (SANTOS, op.cit.).

O outro mecanismo era a de difundir um modelo de agricultor que se queria para o País, nesse sentido era preciso escolher um grupo social e formar a partir dele uma representação de um novo tipo de produtor o qual pudesse congregiar em torno de si a face da desejada agricultura moderna. O agricultor escolhido seria o do colono sulista, pois ele melhor personificaria o perfil procurado. A construção dessa imagem foi importante para a implantação do modelo, na medida em que a ocupação das novas terras - com vistas à produção em larga escala para exportação - não poderia ocorrer com trabalhadores com forte enraizamento da cultura camponesa, mas com um agricultor que transmitisse a idéia de moderno, sintonizado com as novas técnicas agrícolas. Referindo-se à construção da representação do agricultor que se queria para conduzir a modernização da agricultura brasileira, SANTOS (op.cit.:197) nos revela:

“Entretanto, a seleção social e a seleção regional da clientela dos programas [de colonização] foram consolidadas por uma representação social particular. Trata-se da categoria do ‘colono modelo’: é o agricultor que, supostamente, tem mais instrução, mais acesso às modernas técnicas agrícolas, mais utilização de insumos agrícolas industrializados, mais recurso ao crédito agrícola e que devia ser associado a cooperativas e aceitar os conselhos dos técnicos agrícolas. Enfim, pequenos produtores tecni-

³ SANTOS (op.cit.:69 a 88) aponta várias estratégias utilizadas para estimular a migração de sulista para Amazônia, sobretudo de população do noroeste gaúcho. Foram criados, inclusive, veículos de comunicação que deveria cumprir o papel de induzir o deslocamento de população. Esse é o caso, por exemplo, da fundação, em 1970, da Rádio Municipal de Tenente Portela (RS) e do Jornal da Terra, publicado no mesmo município entre o início de 1971 e final de 1972. Nesses, segundo Santos, as mensagens compunham um conjunto de categorias que visavam identificar três temas principais: “a situação social na região de origem; a situação social na região de destino e os meios de realização do trajeto de uma situação de uma à outra região”.

ficados, cujas origens serão evocadas, isto é, descendentes de imigrantes europeus ou japoneses”.

Esse projeto concretiza-se com a efetiva transferência de uma ampla parcela de famílias de agricultores sulistas, em geral, sitiantes e, em maior número, gaúchos, para ocupar as terras que se tornariam o centro de uma crescente produção agrícola moderna, sobretudo, nos cerrados. São esses agricultores ou seus descendentes que migram para as terras da fronteira agrícola brasileira, os quais deixarão suas marcas nessa faixa de espaço cujas extensões cada dia se alargam em distintas direções, incorporando terras de todas as grandes regiões brasileiras. Constrói-se assim, a partir dessa migração, uma nova face do território brasileiro que se define por rápidas transformações seja no espaço de produção agrícola seja no espaço das cidades.

A MOBILIDADE SULISTA E AS TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS AGRÍCOLAS E URBANOS DA FRONTEIRA

O espaço agrícola da fronteira que se visualiza atualmente é sintomático das grandes transformações tanto no que diz respeito ao aumento substancial, nas últimas décadas, do volume de produção agropecuária, quanto da introdução de equipamentos agrícolas de alta tecnologia para obter a uma maior eficiência nos resultados gerais da agricultura. Não se pode falar dessas mudanças sem mencionar a contribuição do migrante sulista.

Com a migração sulista a paisagem agrícola da fronteira adquire novas dimensões e novos contornos, na medida em que os espaços de uso produtivo escolhidos por integrantes dessa corrente não são os mesmos das populações locais. Para estas, tradicionalmente, a preferência é pelas terras de fundo de vale - onde se anuncia maior presença de água - nas quais conseguem praticar pecuária extensiva ou produção agrícola em pequena escala em formas irregulares mesclando cultivos variados, normalmente em sistemas de consorciamento. Nos espaços de produção agrícola da população local pouco se observa algum vestígio de maquinários ou equipamentos mais modernos, o que se usa freqüentemente são técnicas mais antigas: enxadas, machados, arados conduzidos por animais, etc.

Ao redor dos vales situam-se os platôs planos que despertam grande interesse dos sulistas por possuírem duas das características que formam o quadro atual de desenvolvimento da agricultura capitalista brasileira: terrenos com topografia plana e

preço baixo das terras. Antes, porém, de desencadear um uso capitalista, ao contrário do discurso do *status quo*, essas áreas eram amplamente aproveitadas pela população local cujo uso ajudava a manter o equilíbrio da comunidade camponesa: servia como lugar de caça, de pastagem para o gado de toda a comunidade, para retirada de lenha e de madeira, etc. Na nova dinâmica produtiva da fronteira, introduzida pelo migrante sulista, a cobertura vegetal dos platôs será removida e, em seu lugar, ocorrerá a produção dos *commodities* agrícolas, sobretudo, soja, mercadoria que ganha centralidade na agricultura brasileira também com a ajuda do sulista.

A corrente sulista destaca-se no cenário migratório inter-regional brasileiro por seguir, predominantemente, o caminho do rural; isto é, compõe-se em sua essência de agricultores que se deslocam para o campo com o intuito de praticar atividades agrícolas seja dedicando-se diretamente à produção de mercadorias agrícolas seja para a comercialização de suportes para tal setor. Às vezes, o deslocamento ocorre diretamente de uma área rural para uma outra também rural, como aconteceu com os sítiantes sulistas que migraram para áreas da floresta amazônica ou dos cerrados construindo suas moradias dentro da própria unidade de produção; em muitos casos, distante dos núcleos urbanos locais. Há, ainda, migração de população residente em cidades no Sul do Brasil que, nas regiões de destino, se instalou em áreas essencialmente rurais, ocorrendo assim um fluxo urbano-rural.

Não acontece nesse caso, entretanto, um processo de ruralização dessa população. O que se identifica é um deslocamento de pessoas de uma área de urbanização mais estruturada para outra com pouca ou nenhuma urbanização, mas isso ocorre apenas num período pequeno. A instalação de migrantes sulistas nos espaços da fronteira produz, num momento imediatamente posterior, uma nova dinâmica urbana. Ela decorre, por um lado, do crescimento das pequenas cidades existentes anteriormente; por outro, da construção de novos núcleos urbanos surgidos, freqüentemente, da fundação de agrovilas de agricultores sulistas a partir das quais germinam novas cidades. Na primeira situação, as transformações resultam do fluxo de migrantes que ali se instalam criando condições para tornar as velhas cidades em abastecedoras das novas necessidades surgidas com a ampliação da produção no campo, através da comercialização de equipamentos para atender a demanda (lojas de maquinários, de insumos agrícolas, de material de construção, escritórios de assistência técnica, restaurantes, bancos, etc.). A segunda situação resulta da expansão sucessiva da corrente migratória sulista rumo à ocupação de novas terras; no seu encaço, desde o primeiro núcleo irradiador, surgem

idades com expressivas marcas da cultura dos colonos imigrantes. As novas cidades da fronteira mais recente, construídas pelos sulistas, carregam algumas dessas marcas na arquitetura das casas, no traçado das ruas, na divisão dos lotes e, até mesmo, na ocorrência de uma certa seletividade de seus habitantes. ROCHE (op.cit.:218), ao analisar a colonização alemã no Rio Grande do Sul, identificou como uma de suas características fundamentais a repetição de certos padrões urbanos manifestados, por exemplo, nas plantas das cidades construídas por esse grupo étnico. Nas palavras do autor:

“É, sem dúvida, a planta que caracteriza as cidades pequenas do Rio Grande do Sul. Têm, todas, ruas retilíneas que se cortam regularmente em ângulos retos. Nas zonas colonizadas, a partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento das cidades se caracterizou da mesma forma. No lugar escolhido para o estabelecimento da cidade (sede), reservavam-se alguns lotes rurais (já geometricamente delimitado) e dividia-se-lhes a área em quadrados iguais e contíguos, de 100 metros de lado, invariavelmente orientados para N-S e E-O. Alguns desses quadrados vinham a ser praças, outros eram subdivididos em lotes urbanos de 20 x 50 metros. Esse urbanismo administrativo explica a regularidade da planta e o aspecto uniforme das cidades do interior do Estado. Essa mesma planta encontra-se em São Leopoldo, Caí, Venâncio Aires, Santa Cruz, Ijuí, Santa Rosa, por quase toda a parte. Raras são as cidades que têm outro traçado como Erechim, onde se adaptou o projeto das ruas e das praças à topografia (diagonais e semicírculos nas colinas, praças circulares). Mas, a distribuição dos lotes urbanos ali se efetuou com a mesma regularidade.”

As novas cidades que surgem nos cerrados brasileiros em decorrência do movimento migratório sulista apresentam padrões de urbanização semelhantes aos identificados por ROCHE indicando que certos valores culturais nascidos no Rio Grande do Sul são mantidos na trajetória do grupo. Constrói-se, assim, um “espaço fora do lugar”, como aponta HAESBAERT (op.cit.) - fazendo uso de uma expressão de AUGÉ (1992) – para identificar a padronização dos espaços urbanos construídos por sulistas fora de seu lugar de origem. Segundo tal autor, essa manifestação representaria uma reterritorialização da cultura “gaúcha” nas regiões de fronteira agrícola, no seu caso, nos cerrados do Oeste baiano.

A reprodução desse urbano padronizado cria também, assim como no espaço de produção agrícola, uma certa homogeneização da paisagem dessas cidades da fronteira, seja as novas que já nascem uniformizadas seja as antigas que se adaptam ao ritmo dos novos moradores e das novas exigências produzidas para atender as necessidades do capital. O novo urbano da fronteira subordina-se a essas novas exigências. Organiza seu espaço, sua vida econômica e social ao ritmo e às vontades da produção agrícola moderna, ou se preferirmos, ao mundo do agronegócio. É o migrante sulista que, nessas áreas, vai comandar o processo.

O MIGRANTE SULISTA NOS CERRADOS NORDESTINOS

O movimento contínuo da corrente sulista em direção ao norte ocupando novas áreas incorporadas a agricultura modernizada já se encontra no núcleo de irradiação da outra corrente, a nordestina, que se desloca no sentido contrário, para o sul. A expansão da mobilidade populacional sulista e sua chegada no Nordeste, particularmente, na parte Ocidental onde desembarcaram os primeiros grupos ainda na década de 1970 nos cerrados do Oeste baiano, teve impacto importante sobre a modernização agrícola dessa região. Identifica-se nos cerrados nordestinos, nos últimos anos, um forte dinamismo econômico advindo da agricultura modernizada tanto da produção de grãos (sobretudo soja) e de seus derivados da agroindústria quanto do comércio de equipamentos e insumos agrícolas. Os migrantes sulistas são os responsáveis por introduzir esse modelo econômico nessa região, na medida em que foram os precursores, nos domínios dos cerrados nordestinos, da agricultura produtivista.

Do mesmo modo em que os migrantes sulistas impulsionaram o espaço agrícola dessa região atribuindo a ele uma outra dimensão de uso, eles também contribuíram para a definição de uma nova dinâmica urbana no Nordeste Ocidental. Várias cidades de pouca expressividade econômica antes desse fluxo migratório, transformam-se em centros urbanos regionais importantes; outros são formados a partir de uma agrovila ou, simplesmente, pela instalação de um posto de combustível nas proximidades do qual cresce um povoado que, posteriormente, transforma-se em cidade. Trata-se, nesse último caso, de Luiz Eduardo Magalhães, município do Oeste Baiano que se tornou recentemente independente de Barreiras. Esse recém emancipado município representa bem o processo de construção dos espaços urbanos da fronteira, comandados pelos sulistas. Luiz Eduardo, como é denominado pela população da região, nasceu não da centralidade de uma paróquia, como estamos acostumados a verificar na história das cida-

des brasileiras, mas de um posto de combustível chamado Mimoso do Oeste, fundado por migrantes sulistas para servir de ponto de abastecimento e de descanso de caminhoneiros. Ao redor do posto surgiu um pequeno povoado com o mesmo nome, onde residiam basicamente famílias sulistas (os trabalhadores das empresas que se instalavam nas proximidades e os médios e grandes produtores agrícolas). Esse núcleo expandiu-se rapidamente logo adquirindo formas de uma cidade com acumulação de poder econômico, haja vista que ali se concentrava uma parcela dos novos grupos de posse de capital. As diferenças étnico-culturais e até de poder econômico entre o povoado de Mimoso e o município sede, Barreiras, produziram, desde os primeiros anos de existência do povoado, manifestações de emancipação. Elas se fortaleceram na mesma velocidade em que novos investimentos de agroindústrias, de serviços e de produtores agrícolas chegavam a Mimoso, gerando maiores rivalidades entre as populações das duas localidades. Essas populações representam grupos de identidades sociais diferenciadas (HAESBAERT, op.cit.): as de Mimoso, de maioria sulista e as de Barreiras, predominantemente nordestina.

A emancipação de Mimoso do Oeste somente concretizou-se em março de 2000, quando adotou o nome de Luiz Eduardo Magalhães. A escolha do nome do recém-município foi uma homenagem ao deputado federal (morto em 1998), filho do influente político baiano, Antonio Carlos Magalhães. Atualmente o município, que se sustenta na economia do agronegócio⁴, continua recebendo um grande fluxo de migrantes não somente sulistas, mas predominantemente nordestinos, da própria Bahia (de municípios vizinhos a Luiz Eduardo) e de outros Estados. Desembarcam no novo município com a esperança de um emprego que, na maioria das vezes, não se concretiza, pois esse último grupo de migrantes não possui, freqüentemente, as aptidões que se deseja para que um novo morador contribua com o progresso do lugar, ou seja, um migrante que apresente as características dos sulistas: produtores com posse de capital; técnicos agrícolas; veterinários; trabalhadores com especializações que atendam as necessidades das agroindústrias; comerciantes de maquinários e defensivos agrícolas, etc. A população de Luiz Eduardo que era de 4.000 habitantes, em 1994, no ainda povoado

⁴ O município é responsável (o único no Nordeste) por sediar a feira internacional de tecnologia agrícola (agrishow). A ocorrida em 2005 movimentou, em negócios agrícolas, aproximadamente 400 milhões de reais (FSP, seção Dinheiro, de 10 de maio de 2005).

de mimoso, passou para 20.169⁵ quando se tornara emancipado, calculava-se que, em 2004, já havia 40.000 habitantes (Folha de São Paulo, seção Dinheiro, de 13/03/2004).

Apesar de Barreiras ter perdido uma parte de seu território e importantes receitas de grupos econômicos que agora pertencem a Luiz Eduardo, ainda representa o principal centro urbano dos cerrados nordestinos e o maior produtor agrícola; nele se concentram as principais atividades econômicas da região, funcionando como área de polarização dos cerrados nordestinos. Embora se trate de um núcleo antigo surgido ainda no período do auge da mineração, foi elevada a categoria de município somente no final do século XIX (VELASCO, 2004). Antes da década de 1970 Barreiras já assumia um papel de destaque no Nordeste Ocidental, na medida em que se constituía numa área de entreposto comercial, principalmente de produtos da pecuária e num entroncamento de rodovias ligando as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Sua economia não expressava, entretanto, uma importância econômica para além da uma escala sub-regional e sem muito dinamismo. Isso ocorre somente no final década de 1970, quando houve ações econômicas estatais e privadas que induziram o crescimento da região, comandado por Barreiras, dentre outras: implantação de programas de desenvolvimento agropecuário, administrados pelo PRODECER e pela CODEVASF; apoio à pesquisa de melhoramento agrícola, através da EMBRAPA; créditos financeiros facilitados, sobretudo em bancos públicos; etc. Tais ações corroboraram sobremaneira para o direcionamento do fluxo migratório para o município de Barreiras e região. Aproveitando-se dessas iniciativas políticas e do baixo preço das terras, os sulistas lideram essa corrente e são os principais responsáveis pela produção de grãos na região. Atualmente Barreiras é o principal produtor de soja da região Nordeste e já se destaca em outros cultivos, como algodão, café, milho e frutas (VELASCO, op.cit.:208). Torna-se também dinâmica a economia da cidade onde cresceram exponencialmente, da década de 1980 em diante, os setores de comércio e serviços. Em dez anos sua população quase dobrou passando de 78.938 habitantes, em 1991, para 131.849⁶, em 2000 (censos demográficos, IBGE).

O crescimento econômico da região não reflete, entretanto, melhores condições de vida para a maioria da população de Barreiras ou dos outros municípios da região que sofreram impacto pela modernização agropecuária. Verifica-se, nessas áreas, a re-

⁵ População calculada após o desmembramento de Barreiras (VELASCO, 2004).

⁶ Com o desmembramento do município de Luiz E. Magalhães, a população de Barreiras reduziu-se a 113.082 habitantes, informação extraída de VELASCO (op.cit.:p.210).

produção do modelo de expansão capitalista baseado na concentração de renda. A riqueza produzida continua pertencendo a uma pequena parcela da população; nesse caso, aquela detentora dos meios de produção que habita os setores mais valorizados dessas cidades, enquanto suas periferias proliferam e abrigam em volume crescente os cada vez mais pobres. É possível detectar em Barreiras (e também nas outras cidades da região) uma segregação espacial pela origem da migração. Os sulistas que, predominantemente, conferem a migração de sucesso habitam os bairros mais nobres, enquanto outros grupos de migrantes, sobretudo nordestinos, avolumam a periferia com suas moradias precárias. O diagnóstico de VELASCO (op.cit.:223) a respeito da expansão urbana de Barreiras evidencia a lógica pela qual se implanta a modernização agropecuária nas regiões de fronteira, comandada pelos sulistas, isso vale tanto para a produção do espaço agrícola quanto urbano; conforme a autora:

“(...) na cidade de Barreiras, historicamente, as ações implementadas não decorreram de uma política de desenvolvimento urbano. Não faltou solo urbano para atender o incremento populacional, contudo parece ter faltado a articulação de um projeto de cidade por cima dos interesses particulares, pontuais e conjunturais. Em síntese, Barreiras é o caso exemplar de pólo regional fortalecido em decorrência da modernização da organização produtiva no setor primário. Porém, esse crescimento econômico não foi acompanhado pela expansão e qualificação da infra-estrutura urbana e pela construção de instrumentos que orientassem essa expansão e contribuissem para superar as mazelas e contradições inerentes, decorrentes das particularidades do processo de acumulação capitalista assentado nessa região”.

O sul do Maranhão, tendo o município de Balsas como pólo de maior dinamismo, também faz parte desse novo modelo de ocupação dos cerrados nordestinos. Os primeiros agentes modernizadores chegaram à região daquele Estado ainda na década de 1970, associados à pecuária melhorada e a lavoura comercial, principalmente de arroz (DINIZ, op.cit.:13). Nesse primeiro impulso econômico as políticas públicas tiveram importantes participações, principalmente através de recursos da SUDENE que, além da rizicultura, foram investidos no melhoramento da pecuária e em reflorestamento. Os sinais mais evidentes de modernização, no entanto, ocorreram a partir de

meados dos 80, quando surgem as primeiras cifras de produção de soja nessa área. Na década dos 90 esse fenômeno se consolida, pois a produção dessa oleaginosa segue ano a ano numa escala crescente (GIORDANO,1999:137). Os cerrados maranhenses acompanham um modelo semelhante ao da modernização do oeste baiano. Foi conduzido por grupos predominante de sulistas; o Estado participou decisivamente através de políticas de incentivos fiscais e de créditos subsidiados; ocorreu aquisição de terras em grandes extensões e a preços baixos, muitas delas devolutas, transformadas em particulares pela ação de grileiros; houve acesso a recursos provenientes do PRODECER. Essa dinamização econômica na região de Balsas, através da instalação de grandes empresas de comercialização e processamento de soja, bem como, de produtores agrícolas sulistas, não produziu em contrapartida um melhoramento das condições sociais. O desemprego e as precárias condições de vida da maioria da população local e dos migrantes que chegam das diferentes partes do nordeste, mobilizados pelo sonho de uma ocupação, denunciam o caráter excludente do processo de modernização da fronteira agrícola.

OS CERRADOS PIAUIENSES E A MIGRAÇÃO SULISTA

A área mais recente de instalação de sulistas é a dos cerrados piauienses. Apesar dos primeiros grupos terem desembarcado nessa parte dos cerrados nordestinos nos anos de 1980, esse fluxo só ganha importância a partir de meados de 1990. O Sul do Piauí pertence ao mesmo eixo de expansão do oeste baiano e sul maranhense, na medida em que os grupos econômicos são os mesmos e adotam mecanismos semelhantes de territorialização do capital. Coincide, por exemplo, a implementação de políticas governamentais no Estado, principalmente na região dos cerrados, tais como: ampliação das linhas de créditos agrícolas do FINOR (fundos de Investimentos do Nordeste), do Banco do Nordeste e do Brasil; a implantação ou melhoramento da infra-estrutura viária, de telecomunicações e de energia elétrica, além de colocar à disposição grandes extensões de terras públicas.

Há, nos últimos dez anos, um intenso movimento de pessoas que convergem para o Sul do Piauí interessadas pelas terras dos platôs, uma das poucas áreas que ainda restavam preservadas dos biomas dos cerrados brasileiros. Os grupos populacionais que se deslocam para o Piauí são, em sua grande maioria, do sul do Brasil, predominantemente gaúchos e paranaenses; sobressaem os primeiros, mas todos são chamados de “gaúchos”. Invariavelmente são descendentes de europeus, com vínculos marcantes na agricultura. As áreas de onde saem no Sul do Brasil são aquelas de produção agrícola de grãos, principalmente da parcela do planalto meridional centro-noroeste riograndense, onde se localizam os municípios de Santa Rosa, Santo Ângelo, Ijuí, Cruz Alta, que foi por onde a soja teve o seu primeiro impulso em terras brasileiras.⁷

A migração para o Piauí se caracteriza atualmente por uma grande diversidade quanto ao local de saída da população que pertence a um mesmo grupo regional. Isto é, na corrente sulista já ocorre um desmembramento produzindo várias ramificações. Nos cerrados piauienses desembarcam tanto população diretamente do Sul do Brasil quanto sulistas que já se deslocam de outras regiões, principalmente de áreas de fronteiras agrícolas. Esses últimos predominam amplamente.

⁷ Segundo SANTOS (op.cit.: 73) essa região foi estrategicamente escolhida como área de recrutamento de colonos para a ocupação da Amazônia. Tratava-se da região do Sul do Brasil com maior concentração de minifúndios e por onde o capital projetava expandir a agricultura de mercado, principalmente soja e trigo. A opção foi então, e o Estado teve participação fundamental no processo, transferir a população camponesa, por indução ou por coerção, para os projetos de colonização que se formavam naquele momento na Amazônia. Articulava-se, ao mesmo tempo, repassar as terras dos que partiam para o agricultor modernizado (comumente o ‘lindeiro’) que passa a concentrar terras naquela região.

É possível detectar a presença desses dois grupos de migrantes sulistas nos cerrados piauienses. Dos que saíram diretamente do Sul do Brasil para o Piauí existe um grupo expressivo da região de Santa Rosa/RS que se instalou numa área rural de Uruçui, distante cerca de 200 quilômetros da sede do município, e que já forma um núcleo urbano: Nova Santa Rosa. O outro grupo é vastíssimo quanto a sua área de abrangência, são também descendentes de europeus, mas saíram de suas áreas de colonização no sul há vinte ou trinta anos e já realizam uma segunda ou terceira etapa de migração antes de desembarcarem no Piauí; outros nasceram na nova fronteira para onde os pais migraram, mas também se intitulam sulistas e fazem questão de preservarem as identidades do Sul do Brasil. Vários dos migrantes que chegam ao Piauí foram responsáveis pela abertura, para a agricultura capitalista, dos cerrados do Centro-Oeste, ou de outras terras do Brasil e de países vizinhos e, por razões diversas, se desfizeram de suas propriedades ou deixaram outros membros da família cuidando delas e seguiram adiante. Quando a decisão é por procurar novas terras, sem se desfazer das obtidas anteriormente, são os filhos, na maioria dos casos, que seguem deixando seus pais ou familiares cuidando do patrimônio. Os argumentos desses migrantes para partir, normalmente rumo a uma nova fronteira, são invariavelmente os de que a antiga propriedade não comportava mais todos os herdeiros ou ela já havia atingido o que se imagina seu auge de valorização; por isso a decisão de alguns ou todos os membros da família partirem para se tornarem donos de suas próprias terras ou, ainda, ampliarem o seu patrimônio.

No grupo de sulistas que passaram por uma outra fronteira agrícola, a maioria é composta de migrantes que chega nos cerrados piauienses com capital suficiente para comprar grandes extensões de terras e para montar unidades produtoras de grãos de médio e grande porte. Por vezes, esse migrante ao longo de sua trajetória foi acumulando riquezas, tornando-se, inclusive, um grande empresário do setor de agronegócios. Mas, na sua origem, muitos deles se encaixam naquele perfil que SANTOS (op.cit.:80) identificou nos migrantes que se deslocaram do Sul do Brasil para a Amazônia: tratava-se de camponeses⁸ que buscavam um pedaço de terra. Tal mobilidade

⁸ É importante salientar que nesse universo de camponeses do Sul que se deslocou para as fronteiras agrícolas da Amazônia havia uma diferenciação de classes no seu interior. Como ressalta Santos (1993:102) a respeito do projeto de colonização Canarana, no Estado de Mato Grosso: “Em Canarana, produziu uma dupla diferenciação social entre os colonos, conferindo uma certa complexidade às relações sociais constatadas: primeiro, uma diferenciação entre grupos de colonos de condição social semelhante, mas com diferentes estatutos, no que diz respeito à terra, no programa de colonização. Uma diferenciação vertical, uma estratificação social, poderíamos dizer, que se estabelece entre os colonos segundo o tamanho da propriedade ou o tipo de meios de produção que possuem.”

representava o sonho da liberdade, de conquistar o trabalho autônomo, como ressalta o autor:

“[...] O outro aspecto é a vontade de abandonar o trabalho manual, a pá, a enxada, a picareta e o arado puxado a bois, para trabalhar com máquinas: a vontade de ter uma plantação mecanizada. Enfim, dizem eles, se a gente tem terra, tem também liberdade no próprio trabalho, e nem pais nem filhos precisarão trabalhar como peões, como assalariados agrícolas. O projeto desses camponeses do Sul que partiram para Canarana, esta ‘influência’, estendeu-se a diversas dimensões. Todos foram motivados pela falta de terras: uma terra que pudesse dar a eles a seus filhos a possibilidade de também serem camponeses que não precisam trabalhar com tanto esforço, porque mecanizaram o trabalho. Uma terra que lhes dê a possibilidade de ter a liberdade de um trabalho autônomo. Foi esse projeto que, face a uma situação de expulsão, fê-los escolher este destino de colonos, de preferência a qualquer outro que também fosse possível. Esses colonos do Sul queriam partir para novas regiões para realizar seu sonho de terra [...]”.

Numa reportagem jornalística sobre a ocupação dos cerrados piauienses por migrantes de origem sulista, mas que já viveram experiências em outras fronteiras agrícolas, e numa entrevista que me concedeu um migrante gaúcho, morador em Nova Santa Rosa, confirmam-se as argumentações do autor acima, quais sejam, a de que na origem vários desses migrantes se configuravam como camponeses. Na reportagem e na entrevista, no entanto, se anuncia a ocorrência de uma nova situação marcada pela mobilidade social do migrante sulista: ele perde sua antiga condição de camponês.

“Os pioneiros da soja no Piauí têm origem e perfil semelhantes aos desbravadores do cerrado no Centro-Oeste, de 20 anos atrás. A maioria carrega sobrenomes de origem alemã ou italiana, quase todos com raízes no Sul do País, mas há também alguns paulistas. São movidos pelo espírito de migração e a vontade de expandir horizontes. ‘Eu me criei em cima de 33 hectares na região de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, e hoje me sinto feliz porque consigo ajudar meus irmãos e meu pai’, resume o produtor Max

Plentz, dono de uma lavoura de 1,6 mil hectares na Chapada do Quilombo, município de Bom Jesus, próximo ao Rio Gurguéia, quase no extremo Sul do Piauí. A área total da fazenda São Pedro, uma homenagem ao nome do pai, é de 15 mil hectares. 'Aqui temos o mundo para fazer', continua. Antes de chegar ao cerrado piauiense, Plentz comprou 3 mil hectares em Água Boa (MT), para realizar o desejo de possuir uma 'pecuária maior'. O Piauí o atraiu pela vontade de plantar soja, atividade original da família no Sul. Nos chapadões encontrou terra a preços mais baixos que em Mato Grosso, que 'já não é mais fronteira'. A soja também alcança preço melhor no Piauí.' (O Estado de S. Paulo, 20/09/2002)

"[...] Esse pessoal que vem do Mato Grosso, do Paraná, é um pessoal que já se instalou, eles têm um capital maior, os que saíram diretamente do Rio Grande do Sul é um pessoal com maior dificuldade." (Cleimor Gerloff, gaúcho de Santa Rosa, morador em Nova Santa Rosa/set.2003)

Confirma-se, desse modo, que o migrante sulista, em sua passagem por outras fronteiras agrícolas, metamorfoseia-se, na maioria dos casos, de camponês em produtor agrícola bem sucedido.

Além do poder aquisitivo maior, os migrantes que saem de uma outra fronteira agrícola apresentam algumas características que também os diferenciam daqueles que atualmente se deslocam diretamente do Sul do Brasil para os cerrados do Piauí. Trata-se do fator cultural. Apesar de carregarem os costumes do Sul e territorializarem-nos onde se instalam, a distância e a convivência com culturas de outras regiões, onde inclusive muitos nasceram, permitem maior tolerância ou mais receptividade a outros costumes. Nesse sentido, a identidade desse grupo já se ressentia da distância de tempo e de espaço do núcleo desde onde se irradiou um estilo de vida, marcado pela idéia de tradicionalismo. Uma certa corrosão dessa identidade permite que as pessoas aceitem de forma mais espontânea alguns comportamentos da cultura piauiense, até convivendo e se relacionando com ela em algumas manifestações. Não é difícil encontrarmos "gaúchos" em festas de piauienses embalados no ritmo do forró, ou assistirmos casamentos inter-étnicos.

Entre os migrantes sulistas que saíram diretamente do Rio Grande do Sul para o Piauí, no entanto, o distanciamento da cultura piauiense torna-se mais visível, o estra-

nhamento ao modo de vida nordestino é patente. São grupos mais fechados no sentido de pouco ultrapassar nos seus relacionamentos os limites da rede social, que nesse caso, congrega pessoas não somente com proximidade cultural, mas também geográfica e de certas condições sociais. As famílias de migrantes gaúchos de Santa Rosa e municípios vizinhos deslocaram-se para o Piauí através da Cooperativa Triticulora de Santa Rosa (Cotrirosa). Sua instalação nos cerrados piauienses não ocorreu nas cidades; decidiram montar uma agrovila distante aproximadamente 100 quilômetros de Palmeira, 150 km de Bom Jesus e 200 km de Uruçui, os núcleos urbanos piauienses mais próximos.

Tal situação difere das outras famílias migrantes instaladas na região, que procuram inicialmente, na maioria das vezes, moradias nas cidades. Aquelas pelo contrário, chegaram com um projeto pronto de edificação de uma nova cidade - inclusive com todo o planejamento urbano - que receberia o nome de “Nova Santa Rosa”.

Na futura cidade de Nova Santa Rosa parece que a cultura gaúcha foi transladada quase em sua totalidade, exceto pela paisagem fisiográfica, marcada por um calor intenso e uma vegetação de cerrado. Os novos habitantes do lugar procuram reproduzir um estilo de vida idêntico àquele deixado em seu lugar de origem. As músicas tocadas na única pousada do núcleo urbano são quase todas com sotaques de descendentes de italianos ou alemães, como são características no sul do Brasil. O mesmo ocorre com a arquitetura de várias das casas, reproduzindo o estilo do Sul. Os traços étnicos logo denunciam a composição demográfica daquele lugar; pouco se vê vestígios de pessoas de cor de pele mais escura, que denunciaria a presença de piauienses, apenas de alguns trabalhadores braçais (homens, mulheres e crianças) instalados em alguns galpões, ou moradias improvisadas, mas nenhum deles com residência fixa. O local de moradia desses últimos ocorre nos vales, onde se visualiza a presença piauiense.

Ali destoa também dos piauienses - assim como nas outras propriedades pertencentes a sulistas - a apropriação do tempo do trabalho, que se configura, no caso dos sulistas, em um ritmo acelerado, ocupando dias e noites. No momento em que estive na agrovila de Nova Santa Rosa, em setembro de 2003, as máquinas trabalhavam ininterruptamente 24 horas por dia havendo apenas revezamento de trabalhadores. À noite observavam-se aqueles grandes objetos em movimentos intensos, como se fossem “vagalumes gigantes”, nos extensos platôs planos da chapada. Isso, entretanto, não se restringe a um período do ano, mas prevalece nesse ritmo a maior parte do tempo, pois quando não é época de plantio, é de preparo da terra, ou é de colheita, ou ainda, é de

armazenar para posteriormente mandar o produto à fábrica esmagadora. Quase não há tempo para as festas, nem ao menos para visitar um vizinho. Somente aos finais de semana reúnem-se para desenvolver algumas atividades coletivas: o culto luterano ou católico; algumas práticas esportivas, como o jogo de bocha do qual participam os jovens e os mais velhos. Enfim, o movimento do trabalho indicava a nossas vistas que a produção de riqueza material ocorria ali em um ritmo mais intenso do que aquele comandado pelos piauienses instalados no vale.

Apesar das diferenciações, entre os grupos da corrente sulista, apontadas acima, a identidade sulista prevalece e os migrantes fazem questão de difundi-la, onde quer que estejam. A instalação dos CTGs (Centro de Tradições Gaúchas) é uma maneira de manifestar suas preocupações em preservar tais identidades, principalmente a identidade gaúcha (HAESBAERT, op.cit.). Mesmo não existindo ainda esses centros (mas, com projeto de construção) no Sul do Piauí, os novos moradores manifestam preocupações em preservar e divulgar suas tradições quando aparecem as oportunidades: nas festas dos padroeiros das cidades piauienses, nas ocasiões em que os próprios “gaúchos” organizam reuniões familiares, nas exposições e/ou feiras de maquinários agrícolas. Nesse sentido, independentemente de que caminhos percorreram até chegar ao Piauí, os costumes permanecem com a trajetória dos grupos e são reterritorializados onde os migrantes se instalam.

A ideologia do valor trabalho, a manipulação de técnicas agrícolas modernas e a posse de maior volume de capital faz da migração sulista produtora de grandes transformações nos cerrados piauienses. O espaço agrícola modernizado reconfigura-se com a produção de *commodities*, que se expande assustadoramente eliminando os meios tradicionais de produção da vida camponesa sustentados na agricultura familiar de subsistência e nos recursos naturais explorados comunitariamente nos domínios de chapadões planos, onde antes brotava uma ampla biodiversidade dos cerrados.

O mesmo ocorre com a urbanização. As antigas cidades adaptam-se velozmente aos novos moradores e aos novos consumos produzidos pela demanda de bens e serviços necessários a agricultura moderna. Cita-se os casos de Uruçui e Bom Jesus, cidades do Sul do Piauí que sofreram grandes transformações no seu espaço urbano recentemente por conta da confluência de migrantes sulistas e de empresas que se instalaram nessas áreas. Esse movimento produziu uma nova dinâmica nas cidades verificando-se uma expansão rápida da mancha urbana com acréscimos de bairros seletivos, habitados, em maior número, pelos migrantes sulistas; mas também com a periferia pobre

que se expande pela presença de posseiros que perderam suas terras pela onda da agricultura modernizadora ou ainda por migrantes também pobres de municípios vizinhos mobilizados para essas cidades pelo sonho do emprego. Nos novos núcleos urbanos, do mesmo modo, sinalizam-se grandes mudanças; é o caso, por exemplo, de Nova Santa Rosa. Os primeiros habitantes se instalaram na agrovila em 1998 e hoje ela já tem estrutura de uma cidade, com uma intensa circulação de caminhões de transporte de produtos da agricultura o que indica produção de riqueza. É provável que em poucos anos Nova Santa Rosa tome o mesmo caminho de Mimoso do Oeste adquirindo sua emancipação por abrigar habitantes com características étnica-culturais distintas e com produção de riqueza também diferenciada. Nesse sentido, observa-se que a chegada dos sulistas aos cerrados piauienses representou para aquela região uma outra lógica de organização do espaço, construindo, por um lado, novos caminhos econômicos, mas, por outro lado, anunciando novas modalidades de exclusão social e também de conflitos.

CONCLUSÃO

A mobilidade da população brasileira sempre recebeu preocupações dos estudiosos sociais e com razão, haja vista a importância dos fluxos de trabalhadores na formação desse território. A construção do Brasil, ou de qualquer outro país que serviu de base para extração de riquezas enviadas ao centro do sistema, se fez com a participação de grupos sociais determinados, eleitos os protagonistas explorados de acordo com suas condições sócio-demográficas, que comandam a produção de mercadorias em momentos e lugares também determinados. Nesse sentido, o capital forma estoques de mão-de-obra aproveitados em situações adequadas para a sua reprodução. Assim, os indígenas e os negros africanos tornaram grupos importantes explicitamente mobilizados pelo território brasileiro nos primeiros séculos de sua colonização. Apesar da não condição de escravos, os europeus também foram mobilizados e construíram sua história no processo migratório brasileiro. É desse último grupo que descendem os atuais migrantes sulistas, sobretudo da geração que colonizou o sul do País a partir do século XIX.

É do sul do Brasil que, ainda no século XIX, se forma a principal corrente migratória de agricultores que se expande, num movimento contínuo, em direção às terras ao norte, ultrapassando, inclusive, as fronteiras do território brasileiro. No século XX, sobretudo, pós década de 1960, esses migrantes serão aproveitados estrategicamente

pelo Estado para tornar os agricultores modernizados com quais se pretendia formar a fronteira agrícola brasileira. Esse modelo se concretizou e o migrante sulista representa hoje, no imaginário da população das áreas de fronteira, o agricultor que comanda a modernização do espaço agrícola brasileiro haja vista que se apóia em técnicas modernas para a produção de grãos, freqüentemente em larga escala e para exportação.

Por um lado, a corrente sulista é responsável por tornar viável a agricultura produtivista contribuindo, assim, para aumentar o volume das exportações brasileiras e, ao mesmo tempo, levar técnicas modernas de produção aos espaços antes carentes desse tipo de modernização. Por outro lado, essa corrente é representante de um modelo econômico excludente, na medida em que com a sua chegada as outras formas de produção da vida que existem nos locais praticamente se anulam, como por exemplo, os espaços de vida camponês. Isso porque essa migração impõe o ritmo de produção do tempo capitalista ao mesmo tempo em que monopoliza o espaço para obtenção de mercadorias a serem lançadas no mercado. Não há, portanto, lugar para quem não possui as habilidades para lidar com as leis do capital; os migrantes sulistas da fronteira agrícola conseguiram se adaptar a elas.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Vicente E. L. – *Formação Territorial Sul Piauiense: Modernização Agropecuária e Resistência Camponesa*. São Paulo, FFLCH-USP. Mestrado, 2000.
- DINIZ, José A. F. – “Modernização e Conflito na Fronteira Ocidental do Nordeste”. *Revista Geonordeste*, ano I, no. 1, Aracaju, 1984. pp.12-20.
- GAUDEMAR, Jean P. – *Mobilidade do Trabalho e Acumulação capitalista*. Lisboa, Editora Estampa Ltda, 1977.
- GIORDANO, Samuel R. – *Competividade Regional e Globalização*. São Paulo, FFLCH-USP. Doutorado, 1999.
- HAESBAERT, Rogério – *Des-Territorialização e Identidade: A Rede Gaúcha no Nordeste*. Niterói/RJ, EDUFF, 1997.
- _____ - “Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos de Mercosul”. In: STROHAECKER, T.M. [et. al.] (orgs.) – *Fronteiras e Espaço Global*. Porto Alegre, AGB (Seção Porto Alegre), 1998. pp.59-68.
- LEO, Waibel – *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2ª. Edição, Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- MARTINE, George – “A Evolução Espacial da População Brasileira”. In: AFFONSO, R. B.A. & SILVA, P.L.B. (orgs.) – *Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo, Fundap/Ed. Unesp, 1995.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de – “Território e Migração: Uma discussão Conceitual na Geografia”. Conferência Proferida no Simpósio Internacional “*Migração: Não, Lugar e Dinâmicas Territoriais*” – DG/USP, UGI. Abril de 1999. (Texto mimeo).
- OLIVEIRA, N. & BARCELOS, T.M. – “Fronteiras no Mundo Globalizado: o Fim dos Limites?”. *Indicadores Econômicos, FEE*, v.27, no.2, Porto Alegre. Set.,1999.
- PAIVA, Odair da C. – *Caminhos Cruzados: A Migração para São Paulo e os Dilemas da Construção do Brasil Moderno nos anos 1930/50*. São Paulo, FFLCH-USP. Doutorado, 2000.
- PRADO JR., Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- ROCHE, Jean – *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969.
- SALIM, Celso A. – “Migração: o Fato e a Controvérsia Teórica”. In: *VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Anais, vol.3, São Paulo, ABEP, 1992. pp.119-144.

SANTOS, José V. T. dos – *Matuchos: Exclusão e Luta – do Sul do Brasil para a Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1993.

SANTOS, Milton – *A Urbanização Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1993.

VELASCO, Miriam M. – *Descentralização e Política Urbana em Municípios de Porte Médio: os casos de Alagoinhas e Barreiras na Bahia*. São Paulo, FAU-USP. Doutorado, 2004.